

SEÇÃO ARTIGOS

**Política de moradia social e produção do espaço urbano:
uma análise da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas/RN**

**Social housing policy and the production of urban space:
an analysis of the small town of Timbaúba dos Batistas/RN**

**Política social de vivienda y producción del espacio urbano:
un análisis de la pequeña ciudad de Timbaúba dos Batistas/RN**

DOI: <https://doi.org/10.22409/eg.v12i25.63886>

 [Leandra Alves da Silva](#)¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Rio Grande do Norte, Brasil
E-mail: leandra.alves.077@ufrn.edu.br

Resumo

A partir da segunda metade do século XX, a rápida confluência migratória para as cidades ocasionou, além da criação de novos centros urbanos, um colapso nas urbes brasileiras. Nesse contexto de crise urbana e habitacional, o Estado brasileiro utilizou-se de políticas públicas de moradia social para tentar minimizar tais danos. Partindo desse pressuposto, este trabalho objetiva analisar as contribuições da política de moradia social para a produção do espaço urbano, adotando como recorte espacial os conjuntos habitacionais José Damasceno e Timbaúba de Todos, na cidade de Timbaúba dos Batistas, situada no estado do Rio Grande do Norte, região do Semiárido brasileiro. Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados consistiram em pesquisas bibliográficas e levantamento de dados estatísticos e análise empírica por meio de observação na referida cidade. Com isso, foi possível concluir que a política de moradia social demonstra contribuições relevantes para a produção do espaço da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas.

Palavras-chave

Política de moradia social; Produção do espaço urbano; Timbaúba dos Batistas.

¹ Licenciada em Geografia (UFRN); Especialista em Ciências Humana e Sociais Aplicadas (UFPI); Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (GEOCERES); Graduada em Direito (UFRN).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SILVA, Leandra Alves da. Política de Moradia Social e Produção do Espaço Urbano: uma análise da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas/RN. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, n° 25, e122504, 2025.
Submissão em: 29/07/2024. Aceito em: 24/01/2025.
ISSN: 2316-8544

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Abstract

From the second half of the 20th century onwards, the rapid influx of migrants to the cities caused not only the creation of new urban centers, but also a collapse in Brazilian cities. In this context of urban and housing crisis, the Brazilian state has used public social housing policies to try to minimize this damage. Based on this assumption, this work aims to analyze the contributions of social housing policy to the production of urban space, using the housing estates of José Damasceno and Timbaúba de Todos, in the city of Timbaúba dos Batistas, located in the state of Rio Grande do Norte, in Brazil's semi-arid region, as its spatial focus. To this end, the methodological procedures used consisted of bibliographical research, statistical data collection and empirical analysis through observation in the town. As a result, it was possible to conclude that the social housing policy has made significant contributions to the production of space in the small town of Timbaúba dos Batistas.

Keywords

Social housing policy; Urban space production; Timbaúba dos Batistas.

Resumen

A partir de la segunda mitad del siglo XX, la rápida afluencia de inmigrantes a las ciudades provocó no sólo la creación de nuevos núcleos urbanos, sino también el colapso de las ciudades brasileñas. En este contexto de crisis urbana y habitacional, el Estado brasileño ha utilizado las políticas públicas de vivienda social para intentar minimizar estos daños. Partiendo de esta premisa, este trabajo pretende analizar las contribuciones de la política de vivienda social a la producción del espacio urbano, tomando como foco espacial las urbanizaciones José Damasceno y Timbaúba de Todos, en la ciudad de Timbaúba dos Batistas, situada en el estado de Rio Grande do Norte, en la región semiárida de Brasil. Para ello, los procedimientos metodológicos utilizados consistieron en la investigación bibliográfica, la recopilación de datos estadísticos y el análisis empírico mediante la observación en la ciudad. Como resultado, fue posible concluir que la política de vivienda social ha contribuido significativamente a la producción de espacio en la pequeña ciudad de Timbaúba dos Batistas.

Palabras clave

Política social de vivienda; Producción del espacio urbano; Timbaúba dos Batistas.

Introdução

No Brasil, a partir da segunda metade do século XX, a rápida confluência migratória para as cidades ocasionou, além da criação de novos centros urbanos, um colapso nas urbes brasileiras. O padrão de industrialização adotada no país contribuiu de modo severo para acrescer as desigualdades sociais e a problemática urbana e habitacional brasileira, sobretudo entre as décadas de 1940 e 1950, consubstanciando também o seu processo de urbanização. A partir dessas décadas, a cidade tornou-se o *locus* da residência de muitos brasileiros. Segundo a Organização das Nações Unidas (2005), entre os anos de 1960 e 1996, cerca de 46 milhões de cidadãos brasileiros migraram do campo para a cidade.

Essa rápida confluência migratória do contingente populacional para as cidades sobrecarregou a oferta dos serviços públicos em todo o país sem que o Estado brasileiro

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Leandra Alves da. Política de Moradia Social e Produção do Espaço Urbano: uma análise da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas/RN. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 12, nº 25, e122504, 2025.

Submissão em: 29/07/2024. Aceito em: 24/01/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

ampliasse proporcionalmente as suas ofertas. Assim, teve-se a negligência dos direitos à cidade e à moradia dos grupos vulneráveis do Brasil.

O fluxo migratório junto ao crescimento populacional forçou também o aumento do número de novas cidades. No Brasil, e, principalmente, na região do Semiárido, o número de cidades cresceu de forma perceptível no último século, de modo que existe um grande número de cidades com um contingente pequeno de habitantes, o que não configura locais que desempenham necessariamente funções urbanas, uma vez que a criação de cidades também possui um interesse político que não pode ser ignorado. As pequenas cidades no Brasil, ou seja, aquelas que, de acordo com os critérios do IBGE têm população igual ou inferior a 100 mil habitantes, representam 88% de todas as cidades do país. Na região do Semiárido esse percentual sobe para 93%, e, no caso do Estado do Rio Grande do Norte, para 95% (IBGE, 2010).

Esse contexto expressa necessidades e problemáticas eminentes à sua configuração. Com a esmagadora maioria dos empregos concentrados nas cidades, gerando grandes ondas migratórias e ocasionando uma urbanização não planejada no país, houve um aumento na busca por habitação nos centros urbanos. Não obstante, os grupos sociais mais vulneráveis do país tiveram e continuam tendo dificuldades de acessar habitações adequadas.

A necessidade básica da moradia, vista como um bem fundamental à pessoa humana, no qual entende-se por moradia adequada não só o acesso a um domicílio, mas também às infraestruturas e serviços básicos (Brasil, 2013), fez com que o Estado brasileiro se utilizasse de políticas públicas de moradia social para tentar minimizar tais danos. Essas políticas foram distribuídas por todo o território nacional, contemplando as mais diversas regiões (ainda que de forma não igualitária).

Diante disso, este trabalho objetiva analisar as contribuições da política de moradia social para a produção do espaço urbano, adotando como recorte espacial os conjuntos habitacionais José Damasceno e Timbaúba de Todos, localizados na pequena cidade de Timbaúba dos Batistas, situada no estado do Rio Grande do Norte (Figura 1). Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados consistiram em pesquisas bibliográficas a partir de autores que são referências na temática, levantamento de dados estatísticos pertinentes às

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Leandra Alves da. Política de Moradia Social e Produção do Espaço Urbano: uma análise da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas/RN. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122504, 2025.

Submissão em: 29/07/2024. Aceito em: 24/01/2025.

ISSN: 2316-8544



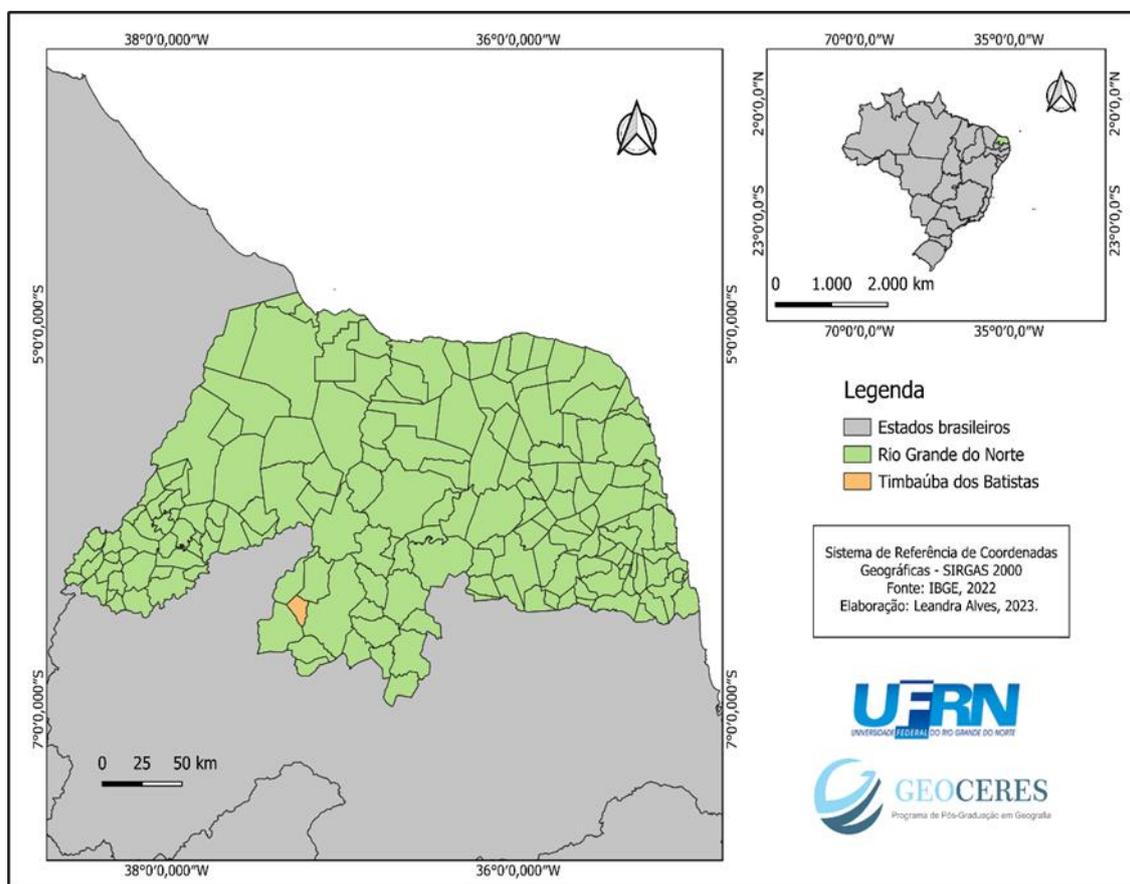
Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

análises por meio de portais do IBGE como o SIDRA e o IBGE Cidades, além de análise empírica por meio de observação da realidade na referida cidade.

Figura 1 – Localização de Timbaúba dos Batistas/RN



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ademais, este trabalho é composto pelas seguintes seções, além desta introdução: “Políticas de moradia social no Brasil”, que apresenta os programas habitacionais de moradia social desenvolvidos no âmbito do Estado brasileiro; a “Produção do espaço urbano e habitação” explicitando o conceito de produção do espaço e como a questão da habitação social contribui para esta produção; “A pequena cidade de Timbaúba dos Batistas”, destinada à discussão das contribuições das políticas de moradia social para a transformação do espaço urbano da referida cidade; e, por fim, temos as “Considerações finais” e a lista de referências consultadas para a elaboração da pesquisa.

Políticas de moradia social no Brasil

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
 SILVA, Leandra Alves da. Política de Moradia Social e Produção do Espaço Urbano: uma análise da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas/RN. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122504, 2025.
 Submissão em: 29/07/2024. Aceito em: 24/01/2025.
 ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

As ações de planejamento do Estado brasileiro, preocupado em discutir as desigualdades sociais e regionais do país, marcaram a década de 1950, quando se deu a formulação de diversos marcos legais, instituições financeiras, superintendências, comissões e incentivos à formação de profissionais técnicos, planos, programas e projetos de importância para a institucionalização do planejamento do território nacional. No entanto, a partir da década de 1930, o Poder Público brasileiro já modificava parcialmente a conduta com relação às “reformas urbanísticas” do século XX, contribuindo minimamente com as questões sociais do país.

Ainda nessa época, o Estado regulamentou as condições de trabalho, fixando o salário mínimo. No entanto, o valor não possibilitou que a classe trabalhadora adquirisse moradias dignas.

As condições infraestruturais dos domicílios, somadas à baixa remuneração do proletariado, à falta de residências populares e ao crescimento desordenado que assolavam o país na época, contribuíram para a crise habitacional, o que levou o Estado a intervir diretamente na produção de moradias. Assim, deu-se a criação do primeiro programa brasileiro voltado à habitação social. A Fundação Casa Popular (FCP), criada em 1946 através do Decreto/Lei nº 9.218 de 01 de maio de 1946 (Fundação Getúlio Vargas, 1952; Silva, 1989).

Embora na década de 1930 tenha se dado a implementação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que, posteriormente contribuíram para a produção habitacional, deve-se destacar que, a princípio, essa instituição não tinha fins habitacionais (Silva, 1989), dedicando-se inicialmente a garantir benefícios previdenciários aos seus contribuintes. Por este motivo, não consideramos os IAPs como um programa de política pública habitacional de interesse social. Entre os principais órgãos/programas com fins habitacionais no Brasil, destacamos a Fundação Casa Popular (FCP), o Banco Nacional de Habitação (BNB), o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Casa Verde e Amarela (CVA).

No ano de 1964, a criação do Banco Nacional de Habitação (BNB) e a atuação das Companhias de Habitação (COHABs) a nível estadual e municipal marcam toda uma época. O BNH perdurou até 1986, quando foi então extinto em decorrência de um longo período de declínio financeiro. Apesar da extinção do BNH, as COHABs se mantiveram em atuação. No

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Leandra Alves da. Política de Moradia Social e Produção do Espaço Urbano: uma análise da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas/RN. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122504, 2025.

Submissão em: 29/07/2024. Aceito em: 24/01/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

entanto, com a extinção do Banco Nacional de Habitação, o Estado brasileiro se manteve recuado por um tempo em relação aos investimentos massivos nas políticas habitacionais.

Somente no ano de 2009 cria-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e com este é institucionalizado o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), no qual foram contratadas ao todo 5,56 milhões novas casas, entre 2009 e 2019, fato que lhe caracteriza como o maior programa habitacional da história do país (Ministério do Desenvolvimento Regional, 2019). No entanto, antes disso, no início dos anos 2000, mais precisamente em 2001, foi institucionalizado o Estatuto das Cidades, e, em 2003, o Ministério das Cidades, que sinalizaram mudanças importantes na política urbana brasileira.

Já em 2021, é criado o Casa Verde e Amarela, programa pensado para substituir o Minha Casa Minha Vida em função da mudança de governo. Entretanto, este programa não contemplou nenhuma habitação popular destinada aos beneficiários da Faixa 1, que trata das famílias com níveis mais baixos de remuneração salarial. A seguir (Tabela 1) podemos observar a quantidade de moradias viabilizadas por estes programas, tidos como os principais em relação as políticas de moradia social no Brasil.

Tabela 1 – Moradias sociais viabilizadas pelos programas habitacionais

Programa/órgão	Número de moradias
Fundação Casa Popular (FCP)	18.132
Banco Nacional de Habitação (BNH)	4.800.000
Minha Casa Minha Vida (MCMV)	5.560.000
Casa Verde e Amarela (CVA)	1.600.000

Fonte: Elaborado pela autora com base em Medeiros (2021), 2023.

Conforme as informações elencadas acima, podemos perceber a irrisória contribuição da Fundação Casa Popular frente às necessidades habitacionais dos mais pobres na época, construindo pouco mais de 18 mil habitações ao longo de sua existência. Além disso, por ser o primeiro programa criado com fins habitacionais no Brasil, critica-se o atraso de sua criação diante da temporalidade da problemática. Isto fez com que o déficit habitacional do país se alastrasse cada vez mais, sem proposta de solução prática até meados da década 1940.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Leandra Alves da. Política de Moradia Social e Produção do Espaço Urbano: uma análise da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas/RN. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122504, 2025.

Submissão em: 29/07/2024. Aceito em: 24/01/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

No caso do BNH, banco que financiou a produção habitacional no país após a FCP, podemos afirmar que este dedicou-se muito mais ao objetivo de promover um *boom* imobiliário do que reduzir de fato a problemática habitacional do Brasil à época (Cardoso, 2002). Ademais, as construções das moradias sociais por intermédio do BNH foram tidas como de baixa qualidade e desvinculadas tanto do urbano em que estavam inseridas quanto da classe popular que as ocupariam (Bonduki, 2004).

Os programas que recebiam financiamentos deste banco (BNH), como o PROMORAR e as COHABs, demonstraram, além do mais, práticas clientelistas e de elitização em sua essência, priorizando as moradias da classe média, o que leva à constatação de que o órgão não estava comprometido em suprir as carências habitacionais dos mais pobres. Entre 1970-1974, apenas 7,7% das habitações foram destinadas aos grupos vulneráveis do Brasil (Silva, 1989). Para além disso, outra crítica feita às construções habitacionais viabilizadas pelo BNH se dá com relação à localização das moradias. Marguti (2018) afirma que tal banco instalou muitos dos empreendimentos nas periferias das cidades, distanciando-se das infraestruturas públicas.

Apesar disso, diante do desastre da FCP, o BNH foi o primeiro órgão voltado à política habitacional no Brasil que de fato obteve êxito. O BNH expressava tamanho sistema de arrecadação de recursos que se tornou o segundo maior banco brasileiro na época. Este poderia ter suprimido o déficit habitacional do país, mas optou por privilegiar o atendimento das habitações da classe média, o que, somado à inadimplência culminou no fechamento dessa instituição em 1986 (Bonduki, 2004).

A Caixa Econômica Federal foi o sucessor do BNH, criada através do Decreto-lei Nº 759, de 12 de agosto de 1969. Este veio a responsabilizar-se sobremaneira pelo financiamento da habitação no Brasil, desenvolvendo entre 2009 e 2020 ações conjuntas com o PMCMV, em 2021 junto ao Casa Verde e Amarela, e, até os dias atuais, com a retomada do Programa Minha Casa Minha Vida, no ano de 2023.

Ademais, esses são os principais programas habitacionais desenvolvidos no âmbito do território brasileiro, responsáveis por abarcar as mais diversas regiões do país. No caso do Semiárido brasileiro, região na qual está inserido o nosso objeto de estudo, podemos afirmar que a mesma foi contemplada de diferentes formas pelos quatro maiores programas habitacionais do Brasil (FCP, BNH, PMCMV e o CVA), tendo em vista que a região abarca

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Leandra Alves da. Política de Moradia Social e Produção do Espaço Urbano: uma análise da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas/RN. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122504, 2025.

Submissão em: 29/07/2024. Aceito em: 24/01/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

um total de 1.477 municípios (IBGE, 2022). Assim, foi possível evidenciar, que mesmo o FCP beneficiou municípios localizados na região do Semiárido brasileiro.

Produção do espaço urbano e habitação

Quanto à produção do espaço, este é um conceito central a ser estudado, a partir do qual entende-se que a produção do espaço urbano capitalista resulta das ações da sociedade. Nessa perspectiva, Lefebvre (2008), argumenta que a produção do espaço é um produto da história, e em todos os níveis de produção se faz necessário compreendê-lo enquanto resultante de fenômenos sociais e políticos. De acordo com Corrêa (1989):

O espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem (Corrêa, 1989, p. 11).

Ademais, a produção do espaço urbano é dinamizada por diferentes ações, agentes, escalas e processos, os quais são conjugados por meio de um ambiente contraditório e diverso. A extensão e as diferenças socioespaciais de cada região do Brasil, bem como o contexto urbano diferenciado, faz com que o tema da habitação seja tratado neste país como principal mercadoria da produção de seu espaço.

Segundo Corrêa (1989), dentre os agentes hegemônicos produtores do espaço, o Estado se constitui como o de maior representatividade na organização espacial dos centros urbanos, sendo sua atuação bastante complexa e influenciando diretamente a dinâmica da sociedade. O Estado possui os instrumentos fundamentais de intervenção na dinâmica das cidades a partir do direito de desapropriações, compras, regulamentações e controles dos preços e usos dos solos urbanos, cobranças de impostos, investimentos públicos, dentre outros.

No âmbito do Semiárido brasileiro (Figura 2), região onde se localiza a cidade de Timbaúba dos Batistas, o poderio estatal é ainda mais evidente devido à condição de subordinação da região, tida como a periferia do Nordeste de acordo com Alves (2017, p. 102), quando ele afirma que “no final do século XIX, enquanto o Nordeste se firmava como periferia do sistema econômico nacional, o Semiárido se firmava como a periferia do sistema econômico nordestino”. Assim, essa condição de “periferia da periferia” em termos econômicos e

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Leandra Alves da. Política de Moradia Social e Produção do Espaço Urbano: uma análise da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas/RN. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122504, 2025.

Submissão em: 29/07/2024. Aceito em: 24/01/2025.

ISSN: 2316-8544



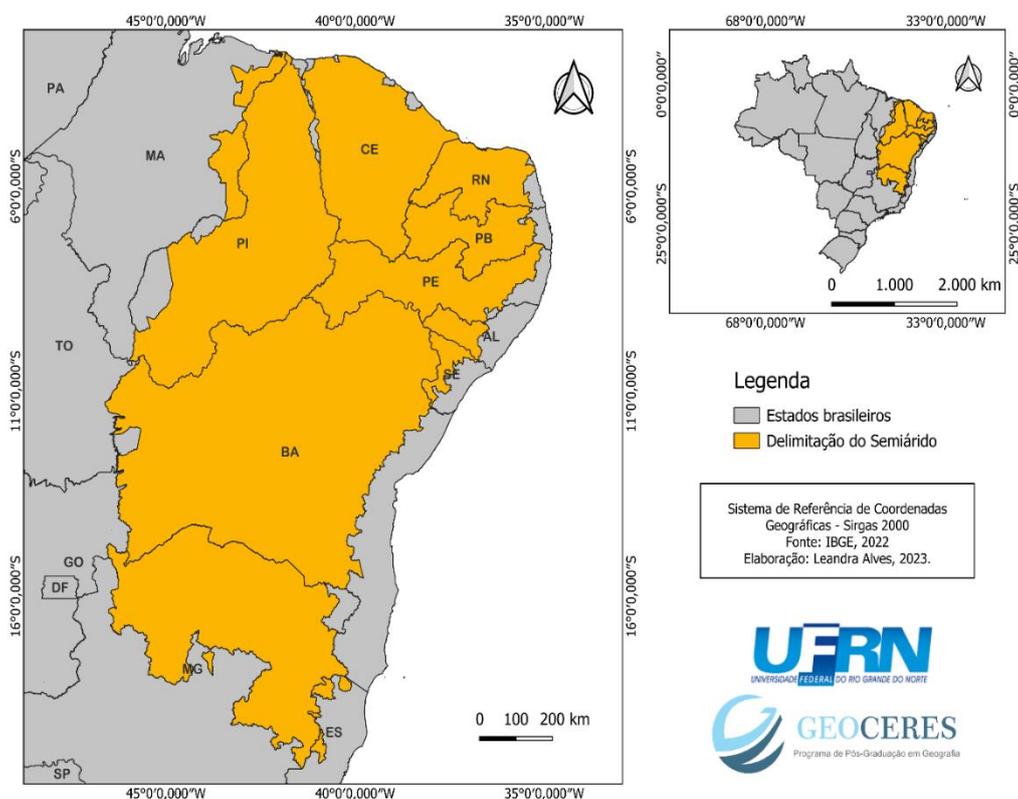
Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

tecnológicos, é algo que se reflete até os dias atuais, com forte rebatimento no seu contexto urbano.

Figura 2 – Delimitação da região do Semiárido brasileiro



Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2022), 2023.

Essa dependência em torno da figura do Estado é ainda mais evidente no âmbito das pequenas cidades da região, como Timbaúba dos Batistas. Em sua maioria, esses centros não conseguem oferecer atrativos aos agentes produtores privados, com exceção daqueles que possuem uma localização privilegiada ou algum diferencial em seu território. Do contrário, eles dependem quase que exclusivamente das ações estatais no que se refere à produção do espaço urbano e, principalmente, para a produção de moradias sociais.

Essas cidades, de modo geral, só expandem sua malha urbana por intermédio da intervenção do poder público, essencialmente, da esfera municipal, responsável direta pela busca de financiamento para realização de ações voltadas à produção do espaço urbano local, concretizada basicamente por meio de obras públicas. Notadamente, nessas localidades existem produtores e agentes privados locais, entretanto, suas contribuições não se comparam às do

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
 SILVA, Leandra Alves da. Política de Moradia Social e Produção do Espaço Urbano: uma análise da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas/RN. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, n° 25, e122504, 2025.
 Submissão em: 29/07/2024. Aceito em: 24/01/2025.
 ISSN: 2316-8544

poder público. Isto porque o Estado atende aos mais diversos interesses políticos, econômicos e sociais, atuando através da implantação de serviços públicos, tais como sistema viário, água esgoto, reformas, iluminação, parques, coleta de lixo, praças, habitação, etc.

Entretanto, uma estratégia de produção do espaço urbano aliada às necessidades das classes sociais mais vulneráveis e a concessão de direitos básicos é a implementação de políticas habitacionais. As moradias atreladas às construções dos conjuntos habitacionais de interesse social, para além da produção do espaço urbano visível, demonstram função social.

No caso do Brasil, ao longo de sua história, foram desenvolvidos diversos programas habitacionais de interesse social que proporcionaram a produção de moradias destinadas à população de baixa renda. Entretanto, deve-se destacar que a maioria dessas políticas, como a FCP, “privilegiavam os grandes centros urbanos, pois 68% das construções localizaram-se nas grandes cidades da época, ou seja, as de população superior a 50 mil habitantes” (Azevedo; Andrade, 2011). Isso não quer dizer que os pequenos e médios centros não foram contemplados, embora o tenham sido em um percentual menor.

O beneficiamento das grandes cidades em detrimento das menores pode ser explicado pelo fato de as cidades com maiores contingentes populacionais lidarem com déficits e/ou problemas urbanos e habitacionais mais acentuados, o que não anula a necessidade real existente nas cidades de pequeno porte. De acordo com a Fundação João Pinheiro (2021), as regiões brasileiras com os maiores déficits habitacionais do país no ano de 2019 eram as regiões Norte e Nordeste. Não obstante, o Nordeste foi a região mais beneficiada pelo programa MCMV. Assim, podemos inferir que o Semiárido, por englobar todos os nove estados da região Nordeste, consequentemente, está contemplado nesse quadro nordestino de déficit acentuado.

Cabe salientar que a forma como os programas habitacionais são implantados reflete bastante o momento político, social e econômico de cada período histórico, a exemplo do MCMV, responsável por grandes transformações no urbano brasileiro. Este atuou de forma ativa na produção do espaço urbano de diferentes cidades do país, de metrópoles a cidades médias e pequenas, modificando profundamente as paisagens (Thery, 2017), suscitando novas configurações socioespaciais e contraditórias do urbano brasileiro, bem como a inserção de novos espaços até então pouco articulados com as dinâmicas imobiliárias (Amore, 2015).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Leandra Alves da. Política de Moradia Social e Produção do Espaço Urbano: uma análise da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas/RN. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122504, 2025.

Submissão em: 29/07/2024. Aceito em: 24/01/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

No âmbito da produção habitacional nas cidades médias e pequenas, destacamos a atuação das COHABs e do MCMV, que desempenharam um papel significativo na produção do espaço urbano por meio da construção de habitações de interesse social num contexto de intensificação do processo de urbanização e no aumento de importância de seus papéis.

Desse modo, os programas de habitação social promoveram grandes contribuições para a consolidação da política urbana a nível nacional, com impactos que se fazem sentir no cotidiano das cidades, sejam elas grandes, médias ou pequenas. Conforme Zandonadi (2008), a expansão territorial e a segmentação socioespacial contribuem de forma significativa para a formação de novas áreas centrais por favorecerem a localização de empresas segundo o público-alvo, conformando um padrão do espaço de consumo de acordo com o segmento social que habita o bairro ou as proximidades.

A pequena cidade de Timbaúba dos Batistas (RN)

No que se refere ao município de Timbaúba dos Batistas, considerado um dos menores e menos populosos do seu estado (Rio Grande do Norte/RN), expressa uma população de 2.348 habitantes e uma área de unidade territorial de 135,456 km², localizado na região Imediata e Intermediária de Caicó (IBGE, 2022). Esta é uma cidade com poucas pesquisas desenvolvidas a seu respeito, apesar da presença de elementos importantes a serem investigados, como o caso da implementação da política de moradia social em seu território, o que causa um grande desconhecimento da sua existência e importância na dinâmica local.

A configuração urbana da pequena cidade de Timbaúba esteve atrelada ao seu lento processo de urbanização (Tabela 2), cujos números recentes mostram, além do total populacional da cidade, a sua divisão entre população rural e urbana. Apesar do quantitativo pouco expressivo, é notória a confluência migratória campo-cidade que ocorreu também no âmbito da cidade Timbaúba, que conseqüentemente, contribui para que, mesmo a partir de sua demanda pequena, a oferta de serviços e habitação na cidade não seja suficiente.

Tabela 2 – População rural e urbana de Timbaúba dos Batistas/RN

Ano	Urbana	Rural	Total
1970	630	954	1.584

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
 SILVA, Leandra Alves da. Política de Moradia Social e Produção do Espaço Urbano: uma análise da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas/RN. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122504, 2025.
 Submissão em: 29/07/2024. Aceito em: 24/01/2025.
 ISSN: 2316-8544



Ensaio de Geografia
 Essays of Geography | POSGEO-UFF

1980	766	735	1.501
1991	1.379	556	1.935
2000	1.670	519	2.189
2010	1.728	567	2.295

Fonte: Elaborado pela autora a partir de IBGE/Censo Demográfico (2022), 2023.

A elite, a princípio rural, de Timbaúba dos Batistas, projetou seu poderio na cidade, ocupando as áreas mais valorizadas, bem como as residências com as infraestruturas mais adequadas, condicionadas ao poder econômico. A dinâmica produtiva da Fazenda Timbaúba, de acordo com Lucena (2017) era baseada em atividades como criação de gado, colheita de algodão e a produção de rapadura, mel de engenho e aguardente. Atividades bastante predominantes na Região do Seridó, que impulsionaram o processo de aglomeração humana na Fazenda Timbaúba. Não obstante, essa aglomeração foi muito importante para a formação da área que posteriormente foi conferida à condição de cidade.

Assim, o surgimento do município de Timbaúba dos Batistas/RN remete à posse de terra da antiga Fazenda Timbaúba, local de residência de José Batista dos Santos, considerado o fundador da municipalidade (Faria, 2018), e tido como um grande proprietário agropecuário. Salienta-se que os agentes mais ricos que compunham a sociedade da localidade, como o Major José Batista, detinham residências no campo e na cidade, o que ilustra o seu poder político e econômico, como também os primórdios da concentração fundiária e imobiliária. Esses processos como a concentração fundiária e imobiliária e a especulação gerada a partir desses, diminuem e influenciam a disponibilidade da terra urbana e das moradias, além de elevar os valores do solo e da residência urbanos, desfavorecendo os grupos mais vulneráveis economicamente.

Quanto à implementação da política de moradia social em Timbaúba dos Batistas (RN), esta foi adensada a partir do ano de 2008, quando foram entregues as primeiras casas para a população de baixa renda, no âmbito de programas como o Pró-Moradia, precursor das ações da Cehab (Companhia de Estadual de Habitação e Desenvolvimento urbano), e posteriormente, do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), que atuou no Rio Grande do Norte entre 2008 e 2016 e o do Programa Minha casa Minha Vida. Abaixo (Figura 3), podemos observar algumas das habitações construídas por estes programas na referida cidade.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Leandra Alves da. Política de Moradia Social e Produção do Espaço Urbano: uma análise da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas/RN. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122504, 2025.

Submissão em: 29/07/2024. Aceito em: 24/01/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Figura 3 – Moradias do conjunto habitacional de Timbaúba dos Batistas



Fonte: Acervo da autora (2023).

Pelo padrão arquitetônico das habitações, é notório que se trata de imóveis de interesse social bastante padronizados e de estrutura simples. O conjunto habitacional José Damasceno, entregue à população em 2008, possui 90 casas, enquanto o Timbaúba de Todos, inaugurado em 2012, possui 45, somando juntos 135 habitações. Todas as habitações obedecem a um mesmo padrão, apesar de terem sido financiadas por diferentes programas em diferentes períodos.

Na época das construções dos referidos conjuntos habitacionais, a parte leste da cidade de Timbaúba dos Batistas, onde hoje estão localizadas as moradias sociais viabilizadas pela política habitacional, era composta apenas por terrenos baldios e vegetação, sendo tida como distante da área mais urbanizada da cidade, praticamente uma área sem uso. A partir das construções das moradias é que se iniciou a expansão urbana e ocupação da área. Atualmente, essa área está integrada à dinâmica da cidade devido à expansão urbana que ocorreu com o passar dos anos (Figura 4).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SILVA, Leandra Alves da. Política de Moradia Social e Produção do Espaço Urbano: uma análise da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas/RN. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122504, 2025.
Submissão em: 29/07/2024. Aceito em: 24/01/2025.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Figura 4 – Delimitação dos conjuntos habitacionais José Damasceno e Timbaúba de Todos



Fonte: Organização da autora a partir do Google Earth (2024), 2024.

No perímetro e no entorno dos conjuntos habitacionais, conta-se com elementos de infraestrutura como ruas pavimentadas, praças, quadras de esportes, unidade de saúde, complexo de assistência social, áreas de lazer, entre outras opções de estabelecimentos prestadores de serviços básicos (Figuras 5 e 6).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
 SILVA, Leandra Alves da. Política de Moradia Social e Produção do Espaço Urbano: uma análise da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas/RN. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122504, 2025.
 Submissão em: 29/07/2024. Aceito em: 24/01/2025.
 ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Figura 5 – Quadra de esportes na área dos conjuntos habitacionais



Fonte: acervo da autora (2024).

Figura 6 – Praça na área dos conjuntos habitacionais



Fonte: acervo da autora (2024).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SILVA, Leandra Alves da. Política de Moradia Social e Produção do Espaço Urbano: uma análise da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas/RN. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122504, 2025.
Submissão em: 29/07/2024. Aceito em: 24/01/2025.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ademais, a construção do complexo educacional de Timbaúba dos Batistas (Figura 7), o qual está sendo implementado no âmbito dos conjuntos habitacionais de interesse social, figura como um exemplo da presença de elementos prestadores de serviços básicos à população na área, impulsionando de forma significativa a expansão e ocupação da cidade no sentido das habitações, antes concentrado basicamente na área central.

Figura 7 – Complexo educacional em construção



Fonte: acervo da autora (2024).

Desse modo, no que se refere à produção do espaço urbano por intermédio da implementação da política de moradia social, considerando o caso de Timbaúba dos Batistas, podemos afirmar que os empreendimentos sociais contribuem de modo relevante para a expansão da malha urbana da pequena cidade.

Além disso, evidenciamos que a política de moradia social desempenha um papel importante no âmbito da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas (RN), fornecendo moradias às pessoas de baixa renda, atendendo a um preceito básico da Constituição Federal brasileira. Além da possibilidade de ampliação e produção social do espaço urbano por intermédio da instalação dos complexos habitacionais, incentivando o surgimento posterior de outros

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Leandra Alves da. Política de Moradia Social e Produção do Espaço Urbano: uma análise da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas/RN. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122504, 2025.

Submissão em: 29/07/2024. Aceito em: 24/01/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

elementos e serviços básicos essenciais à manutenção da vida das pessoas que moram nos espaços dos complexos habitacionais.

Considerações não-finais

Este tópico foi intitulado de “considerações não-finais”, por este trabalho se tratar de uma pesquisa de mestrado em andamento, na qual pretende-se analisar mais a fundo as contribuições da política de moradia social para a produção do espaço urbano de Timbaúba dos Batistas, pequena cidade do interior do Rio Grande do Norte, Semiárido brasileiro.

Conforme podemos observar baseado nos argumentos apresentados até aqui, a política de moradia social atrelada ao viés da produção de moradias de interesse social contribui de forma relevante para a produção do espaço urbano em grande devido à grande dependência de cidades do porte de Timbaúba dos Batistas em relação ao Poder Público, especialmente quando se trata de ações voltadas à produção social do espaço.

Entretanto, faz-se necessário destacar que, apesar das contribuições da política de moradia social na expansão e consolidação do espaço urbano, existem, evidentemente, desafios a serem superados quanto às políticas de moradia social no Brasil, como, por exemplo, a segregação socioespacial ou, ainda, o fato de que essas políticas privilegiam as classes dominantes e o mercado imobiliário.

Referências

ALVES, A. M. **Políticas de desenvolvimento regional e rede de cidades no Semiárido: concentração, polarização e fragmentação**. 2017. Tese (Doutorado em geografia) – Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

AMORE, C. S. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. *In*: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. A. G. **Habitação e poder: da Fundação Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Cento Eldestein de Pesquisas Sociais, 2011.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Leandra Alves da. Política de Moradia Social e Produção do Espaço Urbano: uma análise da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas/RN. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e122504, 2025.

Submissão em: 29/07/2024. Aceito em: 24/01/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Por uma cultura de Direitos Humanos**: direito à moradia adequada. Brasília: SDH/PR, 2013.

BRASIL. **Decreto-Lei N° 759 de 12 de agosto de 1969**. Constitui a Caixa Econômica Federal. Brasília, ago. 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/De10759.htm. Acesso em: 05 jan. 2024.

CARDOSO, A. L. Política habitacional: a descentralização perversa. **Planejamento e território, ensaios sobre a desigualdade**. Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 2, p. 105-122, 2002.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Documentos sobre a Fundação da Casa Popular**. 1952. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CorrespGV4&pasta=GV%20c>. Acesso em: 05 jan. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil: 2016 – 2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021. 140 p. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf. Acesso em: 05 jan. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 06 dez. de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Semiárido brasileiro 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=sobre>. Acesso em: 05 jan. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Timbaúba dos Batistas 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/timbauba-dos-batistas/panorama>. Acesso em: 6 dez. de 2023.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

MARGUTI, B. O. **A nova agenda urbana e o Brasil**: insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Brasília, IPEA, 2018.

MEDEIROS, R. V. **Entre o direito e a negação à moradia**: análises das políticas públicas de moradia social em Caicó. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2021.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Leandra Alves da. Política de Moradia Social e Produção do Espaço Urbano: uma análise da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas/RN. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 12, n° 25, e122504, 2025.

Submissão em: 29/07/2024. Aceito em: 24/01/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Desempenho do Programa Minha Casa, Minha Vida em 2019.** 2019. Disponível em: https://www.amures.org.br/uploads/1521/arquivos/1524817_04_06_2019__Audiencia_CDU_Apre_sentacao_2019__Ministro_Gustavo_Canuto__MDR.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comissão dos Direitos Humanos. **Direitos econômicos, sociais e culturais:** relatório do Relator Especial sobre a moradia adequada como componente do direito a um adequado padrão de vida. Adendo missão ao Brasil. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_relator_onu_miloon_khotari_moradia1.pdf 6 dez. de 2023.

SILVA, M. O. S. **Política habitacional brasileira:** verso e reverso. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

THERY, H. Novas paisagens urbanas do Programa Minha Casa, Minha Vida. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, p. 1-14, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/Jq8ZCXjKt4CK3wbtNsSwGyh/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

ZANDONADI, J. C. **Novas centralidades e novos habitats:** caminhos para a fragmentação urbana em Marília. 2008. 251f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Leandra Alves da. Política de Moradia Social e Produção do Espaço Urbano: uma análise da pequena cidade de Timbaúba dos Batistas/RN. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 12, nº 25, e122504, 2025.

Submissão em: 29/07/2024. Aceito em: 24/01/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons